

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.324 - PE (2016/0079930-3)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : ELENY AZEVEDO SOARES**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS : MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -**  
**PE010447**  
**VITOR YURI ANTUNES MACIEL - PE022411**  
**ANA CRISTINA UCHÔA MARTINS - PE021014**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

*i)* incidência da Súmula 7/STJ, em relação ao tema prescrição; e  
*ii)* consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não rebateu adequadamente o fundamento decorrente da aplicação da Súmula 83/STJ, que, por si só, é suficiente à manutenção da decisão agravada. Cumpre esclarecer que a impugnação da Súmula 83/STJ ocorre com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, bem como com a demonstração de ausência de similitude fática. Nesse sentido, verifica-se que a petição do presente agravo em recurso especial não colacionou julgados com publicação superveniente à data do precedente citado na decisão agravada, bem como não comprovou, de forma consistente, a ausência de similitude fática.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os

fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno a parte agravante que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora